



43 ordinária anterior do CERS, o Comitê está incumbido pelo Decreto Estadual nº 41.863/2020,
44 de analisar se o estado do Amazonas vai ter seu próprio acordo setorial ou se vai preferir
45 participar do acordo Federal, o que lhe parece mais razoável. Logo, se o estado do Amazonas
46 abraça o acordo Setorial Federal, o CERS passa a ser o elo de referência, inclusive no
47 acompanhamento citado no item 4 da pauta da presente reunião. O **Secretário Executivo do**
48 **CERS** complementou a fala do Sr. Mannarino, lembrando que a citada Reunião Extraordinária
49 do CERS contou com a participação do Sr. Vanderlei Niehues e da Sra. Mara Ballam da ABRE.
50 Ressaltou ainda ser questão relevante a antecipação da Fase II para 2021 em Manaus. A
51 **representante da FIEAM, Renée Veiga** mencionou o artigo 34, parágrafo 1º da Política
52 Nacional que fala a respeito dos acordos setoriais. Disse que se já existe um Decreto Nacional
53 em implementação, não vê qual motivo para que se faça um acordo Estadual, visto que a
54 prevalência é do Nacional sobre os demais. Por mais que, não seja um acordo, mas um decreto,
55 de qualquer forma ele derivou de uma discussão que é uma das metodologias previstas na
56 política. A **representante da MNCR, Suellen Cardoso** disse que o ideal seria não criar algo
57 novo, mas fazer adequação à realidade do Estado que é diferente das de outros Estados. O
58 **Secretário Executivo do CERS** completou ainda outro ponto colocado na Reunião
59 extraordinária foi sobre o envolvimento do Varejo na Logística Reversa de Eletroeletrônicos,
60 além de observar os exemplos do que já vem sendo feito em outros lugares do país. Na ocasião
61 da reunião a Sra. Mara Ballam propôs que seja feita a adesão de dois modelos de instrumentos
62 que já são utilizados pela CETESB em São Paulo e a mesma ficou de fazer compartilhamento
63 para o Comitê. Também ficou acertado na reunião que a antecipação vai precisar de um
64 cronograma e é pertinente que ele venha da própria indústria. Ainda sobre item de Pauta, o
65 **Secretário Executivo do CERS** citou a Sra. Zilda Cardoso, técnica do IBAMA que trabalhou
66 muito tempo nas resoluções do CONAMA dentro do Ministério do Meio Ambiente,
67 conhecedora do que foi construído no país a respeito da política nacional dos acordos setoriais,
68 e sempre dizia em suas reuniões: “que na implementação da logística reversa, os estados são
69 os braços operativos”. O Sr. Stroski explicou que os acordos acontecem no âmbito dos
70 Municípios e visto que o país conta com mais de cinco mil e setecentos municípios, esse
71 processo fica complexo e por isso os estados têm um papel fundamental e estes normalmente
72 usam o instrumento chamado Termo de Compromisso para consolidar ou fazer algum adendo
73 ao que já foi estabelecido no acordo setorial Nacional. Levando em conta as sugestões do Sr.
74 Mannarino, Sra. Renée Veiga e Sra. Suellen Cardoso, o **Secretário Executivo do CERS**,
75 sugeriu levar a discussão para Câmara Técnica de Coleta Seletiva e Logística Reversa. O
76 **representante da SEMULSP, Sr. Paulo Farias** falou que a antecipação de Manaus de 2022
77 para 2021 foi muito trabalhosa e quanto a discussão na 1ª Reunião Extraordinária do CERS, de
78 que a indústria apresentaria um cronograma para essa implementação de 2021, entende que
79 abrir a discussão sobre fazer um acordo Estadual ou adequações do acordo Federal para certas
80 situações estaduais, pode criar uma postergação e uma perda de tempo de discussões que com
81 certeza levaria Manaus de volta para 2022, visto que não se sabe quando essas discussões se
82 encerrariam. Então mesmo imaginando que algumas adequações possam ser interessantes,
83 talvez seja mais produtivo ficar com a sinalização de 2021. O **Sr. Paulo Farias** sugeriu acatar
84 a decisão de antecipar para 2021 e aguardar o cronograma e então lá na frente o programa
85 poderá passar por ajustes e avaliações. A **representante da FIEAM, Sra. Renée Veiga**
86 concordou sobre trabalhar com o Termo de Compromisso, disse que a ELETROS tem se
87 mostrado extremamente interessada em todas essas tratativas, além de ser bastante ativa



88 principalmente no cenário nacional, onde se desenrolam a maioria das questões ligadas a
89 logística reversa em geral, exatamente por essa previsão legal que diz que a prevalência é
90 sempre do acordo Nacional. A **Sra. Renée Veiga** adiantou que a **FIEAM** está desenvolvendo
91 junto com a **EURECICLO**, ideias de treinamento na área de resíduos e empreendedorismo
92 para ser oferecido aos catadores em 2021 e para isso será feita reunião com eles para detectar
93 quais são as suas necessidades. Disse que também conversou com o Sr. Jorge Nascimento
94 Júnior para que isso possa ser feito integrando tanto embalagens pós-consumo como os
95 eletroeletrônicos. Enfatizou que trazer a ELETROS para as tratativas, certamente vai ter uma
96 repercussão muito positiva, principalmente na vida dos catadores que podem ser inseridos de
97 uma forma mais intensa. O **Sr. Jefferson Quadros** falou sobre o ponto destacado pela Sra.
98 Renée e pela Sra. Suelen sobre a prevalência dos acordos firmados a nível Nacional sobre os
99 estaduais e municipais. Lembrou que o contexto geográfico do Estado demanda a necessidade
100 da elaboração e da revisão dos acordos setoriais a nível estadual, sobretudo porque no
101 Amazonas tudo passa pela água. Fazer uma análise apenas sobre o contexto de Manaus não
102 atende à abrangência do CERS, que necessita fazer uma abordagem a nível Estadual. Sugeriu
103 que sejam buscados dados de como se encontram as cooperativas nos municípios, por que a
104 logística reversa, na forma do artigo 33, abrange diferentes produtos, desde os agrotóxicos,
105 pilhas e baterias, os pneus, óleos lubrificantes e cada um desses produtos deixa resíduos que
106 demandam formas distintas de ser viabilizada a logística reversa. Pontual ser importante
107 abordar os acordos setoriais nacionais, mas o estado do Amazonas demanda uma revisão
108 compatível com as suas características. A **representante da MNCR, Sra. Suellen Cardoso**
109 disse que sobre a sugestão do Sr. Jefferson Quadros a MNCR, que ela representa, tem mapeadas
110 no Amazonas as informações dos grupos de catadores. O **Secretário Executivo do CERS**
111 encaminhou sobre o item 4 de pauta, quanto ao papel do CERS na implantação do Acordo
112 Setorial de Eletroeletrônicos, de que se deve aguardar o envio do cronograma pela ELETROS,
113 conforme solicitado na 1ª Reunião Extraordinária, para análise do Comitê. Que eventuais
114 ajustes podem ser feitos no Âmbito da Câmara Técnica específica. O **Sr. Ronaldo Mannarino**
115 relembrou a fala do Sr. Jefferson, sobre as características do Amazonas afirmando que, caso o
116 Amazonas faça a opção de implantar apenas o Acordo Setorial Federal, será preciso fazer
117 adaptações. O acordo setorial de eletroeletrônicos para Manaus e Região metropolitana tem
118 uma característica, mas o estado do Amazonas tem outros 55 municípios que também precisam
119 participar. É obrigação do Comitê fazer essa análise. Claro que a questão levantada pelo Sr.
120 Paulo Farias sobre a possível postergação do assunto em função de levar a discussão para
121 Câmara Técnica é correta. Por outro lado, é obrigação do CERS também enxergar que o
122 Amazonas é muito grande. O **Secretário Executivo do CERS** propôs que na próxima reunião
123 ordinária do CERS, dia 19 de janeiro, seja discutido o assunto, já de posse do cronograma,
124 solicitando que seja comunicado à ELETROS a intenção da análise no dia 19 de janeiro de
125 2021, dando continuidade a este assunto. 5. Sobre o 5º item da Pauta - Encaminhamentos da
126 CT de Resíduos Transfronteiriços/internacionais sobre Islândia, no Peru, o **Sr. Jefferson**
127 **Quadros, coordenador da Câmara Técnica de assuntos Transfronteiriços – CTRin**, fez
128 um breve relato sobre a 3ª reunião. Falou da participação de autoridades e técnicos do Peru e
129 da Colômbia, como o Sr. Luiz Cueva, Diretor da Corpo Amazonia, que na Colômbia tem
130 atuação semelhante ao IBAMA no Brasil, destacou a participação do Consul do Peru para a
131 Tríplice Fronteira, Sr. Miguel Guzman, que falou sobre as dificuldades em sua legislação e
132 sobre a necessidade de integração das soluções para o problema dos resíduos sólidos. Pontuou



133 que na cidade de Tabatinga e em Benjamin Constant, que fica ao lado de Islândia no Peru e
134 nas demais cidades fronteiriças, existem muitos produtos oriundos dos outros países, que
135 acabam sendo descartados de forma incorreta dentro do território dos países vizinhos. Na
136 reunião tratou-se sobre a contaminação dos rios e das águas transfronteiriças, porque
137 invariavelmente esses resíduos são despejados de forma irregular nos rios, que acabam
138 contaminando sobretudo o Brasil, pois Tabatinga está a **jusante** tanto do Peru, quanto da
139 Colômbia. O **Sr. Jefferson Quadros** explicou que foram feitas algumas proposições no sentido
140 de se formar uma equipe internacional com representantes brasileiros, colombianos e peruanos,
141 para efeito de prover um diagnóstico de como vem sendo tratado o assunto e de proposições
142 em relação ao tratamento destes resíduos. O **Sr. Ronaldo Mannarino** destacou outro ponto
143 importante dito na reunião pelo Sr. Luiz Cueva, diretor da Corpo Amazonia em Letícia, de que
144 a Colômbia adotou a partir de 2021 a obrigação de 100% de tratamento dos resíduos sólidos.
145 Destacou também a participação da coordenadora do núcleo de assuntos transfronteiriços, Sra.
146 Tatiana Schor presente na atual reunião, a quem convidou para expor sobre sua participação. A
147 **Sra. Tatiana Schor** disse que sua equipe está muito satisfeita em participar da CTRin e também
148 da 6ª reunião ordinária do CERS. Explicou que o NIFFAM (Núcleo para o Desenvolvimento e
149 Integração da Faixa de Fronteiras do Estado do Amazonas) tem tido ações muito interessantes
150 na região do alto Solimões, como por exemplo a implantação de um parque científico e
151 tecnológico, com apoio do MDR (Ministério Desenvolvimento Regional). Uma das propostas
152 de trabalho é a utilização de resíduos dos restaurantes para produção de biogás. Uma primeira
153 versão já foi encaminhada ao MDR e o retorno foi que, como o MDR está adotando uma nova
154 “Rota da integração Nacional de Economia Circular”, a ser discutida em 2021, sendo previstas
155 ações na região do alto Solimões. Ressaltou a parceria do NIFFAM com a Câmara Técnica de
156 Resíduos Transfronteiriços, propondo que a Câmara Técnica seja o local de referência para a
157 construção de projetos para questão dos resíduos sólidos na faixa de Fronteira, começando com
158 alto Solimões, mas sabendo que haverá outros desafios em outras áreas do Estado do Amazonas.
159 A **Sra. Tatiana** mencionou que na 3ª reunião da Câmara Técnica agendada para o dia 22 de
160 dezembro, apresentará o Canvas construído com professores das Universidades da Região da
161 Tríplice Fronteira. **47min.** O **Sr. Jefferson Quadros** acrescentou outro ponto ponderado pelo
162 Consul Peruano, na 2ª reunião da CTRIN, que diz respeito a importação de resíduos, pois o
163 Brasil não permite a importação de resíduos mesmo que para efeito de reciclagem. Nesse
164 sentido o Consul Peruano sugeriu que se desenvolva alguma coisa no Peru, pois no país não
165 existe essa regra em relação à vedação de importação de resíduos. O **representante da**
166 **SEMULSP, Sr. Paulo Farias** falou que a questão do trânsito de fardos de resíduos com destino
167 a Manaus é antiga e nem sempre está ligada a aspectos republicanos. Esses fardos depois de
168 fechados não costumam ser abertos até o destino, e esse é um tema que tem aspectos que não
169 necessariamente estão vinculados a logística reversa. Por isso, é preciso que se veja isso, com
170 muita atenção. O **Secretário Executivo do CERS** disse que em viagem recente ao alto
171 Solimões fez essa reflexão sobre o problema do transporte no curso do rio em grandes balsas,
172 com volume de resíduos que vão se acumulando na calha do rio. Também ponderou outro
173 aspecto citado Sr. Jefferson Quadros com relação a legislação do Peru e também a questão de
174 logística em si, e a discussão no âmbito da Câmara Técnica vai inevitavelmente levar à análise
175 de que talvez o mercado de recicláveis, seja viabilizado não necessariamente via território
176 brasileiro e que eventualmente seja mais racional via território colombiano ou peruano. A **Sra.**
177 **Tatiana Schor** disse que a ideia realmente não é fazer transporte de resíduos para Manaus. Que



178 tem conhecimento sobre a existência desse transporte, principalmente de latinhas. Mas também
179 sabe que em Iquitos no Peru tem uma cadeia de reciclagem de plástico. O Propósito é sentar
180 com os países transfronteiriços e fazer uma proposta conjunta. Por isso nós do NIFFAM
181 estamos trazendo conosco o Ministério de Relações Exteriores (MRE). Temos uma boa parceria
182 com o DESC da Colômbia e com o DESC do Peru e estamos construindo juntos essa relação,
183 pois precisa vir das relações internacionais, das relações externas, então a ideia dessa
184 construção, primeiro a partir do Pacto de Letícia e sempre buscar outras possibilidades. Por ser
185 um grande desafio, acredito que se trabalharmos juntos no ano que vem, conseguiremos
186 construir um modelo inovador de Gestão de Resíduos Sólidos em áreas de fronteira na
187 Amazônia e quem sabe, possamos servir de exemplo para outras regiões do país. Esse é o nosso
188 desafio. O Secretário Executivo do CERS agradeceu à Sra. Tatiana Schor e disse ser o propósito
189 desse item de pauta justamente compartilhar com os membros do Comitê o que discutimos na
190 Câmara Técnica e os encaminhamentos que devem acontecer nos próximos dias. **6 - Relatório**
191 preliminar da Eureciclo sobre o Termo de Compromisso de Logística Reversa. Não houve
192 tempo hábil para a participação da EURECICLO e este tema será incluído novamente na
193 próxima pauta. A Sra. Renée Veiga aproveitou o ensejo para informar que vem conduzindo a
194 adesão das indústrias locais: - acredito que são em torno de oito, além das indústrias nacionais
195 que também estão aderindo através da Eureciclo e algumas associações. No final da semana
196 saberemos quem é a entidade gestora. As tratativas estão bem adiantadas em que pese no TCLR
197 o prazo é de 120 ou 180 dias, salvo engano, está sendo finalizado essa semana. Acredito que
198 seja isto. Já iniciamos a compra dos certificados do Mato Grosso do Sul, pois lá o sistema já
199 está funcionando. Já que nós estamos na fase de adesão, lá as indústrias já estão aderindo ao
200 certificado. É isso que vem acontecendo desde a assinatura do termo até agora. **7 – O que**
201 **houver:** O **Sr. Paulo Farias** trouxe à pauta a questão das cláusulas de exclusividade que
202 encontrou em minutas de contrato enviadas aos catadores, manifestando preocupação em
203 relação a isto. A **Sra. Renée Veiga** pediu para conhecer tais minutas e afirmou não ver maneiras
204 para o CERS interferir no processo, uma vez que são contratos voluntários. A Sra. Suelen
205 apresentou sua visão sobre o assunto e trouxe uma série de outras questões que envolvem o
206 relacionamento das entidades gestoras com os catadores. O **Sr. Mannarino** ressaltou que, por
207 se tratarem de assuntos complexos e dependentes de informações e detalhes técnicos, lembrou
208 que foi acatada por todos a sugestão do Secretário Executivo do CERS, Sr. Stroski, de ser
209 marcada reunião da Câmara Técnica de Coleta Seletiva e Logística Reversa, para que a mesma
210 possa se dedicar a isto e trazer subsídios para o CERS. As manifestações pessoais e a discussão
211 ocorrida na parte final desta 6ª Reunião, sobre este tema “extra pauta” estão registradas em
212 vídeo e serão disponibilizadas a quem desejar. O **Sr. Edmar Lopes** lembrou ser esta a última
213 do ano para os que não participam da CTRin e aproveitou a oportunidade para desejar a todos
214 os participantes um Feliz Natal e Boas Festas. Em não havendo mais registros a fazer, eu
215 Ronaldo Pimentel Mannarino Transcrevi a presente Ata de Reunião,

216

217

